

CRISE, IMPERIALISMO E ESTADO

José Menezes Gomes

Professor do Doutorado em Serviço social e Curso de Economia da UFAL em Santana e membro da Rede de Cátedra sobre Dívida Pública e Coordenador do Núcleo Alagoano de Auditoria cidadã do Brasil

INTRODUÇÃO

O presente texto destaca como o acirramento das contradições manifestadas na crise de superprodução impulsionam a ação dos Estados imperialista no sentido tentar contornar tal conflito, acabando por exportar parte dos seus efeitos para os países subdesenvolvidos. Em outras palavras, faremos um resgate dos elementos essenciais da categoria imperialismo, sua relação com a crise capitalista e com ação dos Estados imperialistas e as políticas imperialistas, visando amenizar as contradições nos países centrais, que acabam por modificar também as políticas públicas dos países subdesenvolvidos, agravando ainda mais seu endividamento e as transferências de recursos públicos para a esfera financeira. No primeiro momento, faremos um resgate da categoria imperialismo. No segundo momento, veremos como o acirramento das contradições capitalistas e a busca do mercado mundial. No terceiro momento, analisamos a intermediação dos Estados nacionais subdesenvolvidos e suas consequências via endividamento externo e público. No quarto momento, analisaremos a relação entre a crise capitalista, a oligarquia financeira e a corrida armamentista. No quinto momento, investigamos a intervenção do Estado e a experiência brasileira. Em sexto lugar, destacamos a crise fiscal e financeira do Estado e o capital fictício. Por último, temos as considerações finais.

1 Um resgate histórico da categoria Imperialismo

A questão do imperialismo “não é somente uma das mais essenciais; pode-se mesmo dizer que é a mais essencial no campo da ciência econômica em que se estudam as transformações contemporâneas do capitalismo”¹. Nessa direção, torna-se fundamental a compreensão das contradições próprias do modo de produção capitalista que impulsionaram as ações dos estados imperialistas no sentido de amenizá-las ou mesma repassar parte delas aos países subdesenvolvidos.

Apesar do desenvolvimento dessa categoria ter iniciado em 1902, com a publicação do livro “O imperialismo”, de John A. Hobson, seu impulso maior veio com o lançamento dos livros:

¹ Lênin, ao prefaciar o livro “Imperialismo e a economia mundial”, de Bukharin, em dezembro de 1915.

“O capital financeiro”, de Hilferding, em 1910; “A acumulação de capital”, de Rosa Luxemburg, em 1914; “La economia política del rentista”, em 1914; “A economia mundial e imperialismo”, de Nikolai Bukharin, em 1915; e, finalmente, “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, de Vladimir Lênin, em 1916. Hobson (apud Grossman, 1984), no seu livro “O imperialismo”, afirmou que o investimento estrangeiro de capital constitui “o fator mais importante na questão econômica do imperialismo e que cada vez tem maior significação”. Para ele, o imperialismo agressivo teria, por sua vez, incalculáveis conseqüências para os cidadãos, enquanto representava uma grande fonte de lucro para os investidores, que não podem encontrar, em seus países, o uso rentável que buscam para seu capital, exigindo a ajuda de seus generosos estados.

Já em 1848, no manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels apontavam a necessidade da formação de um mercado mundial para amenizar as contradições apresentadas pelos países centrais:

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento da navegação e de todos os meios de transporte terrestre. Este desenvolvimento influiu por sua vez na extensão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação e os caminhos de ferro se desenvolviam, a burguesia crescia, decuplicando os seus capitais e reelegendo para segundo plano todas as classes ligadas pela Idade Média (...) Pela exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para grande desespero dos reacionários, retirou à indústria a sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram e estão continuamente a ser destruídas. São suplantadas por novas indústrias, cuja adoção se torna uma questão de vida ou de morte para todas as nações civilizadas, indústrias que já não empregam matérias-primas indígenas, mas matérias-primas vindas das mais longínquas regiões do mundo, e cujos produtos se consomem não só no próprio país, mas em todas as partes do globo. Em vez das antigas necessidades, satisfeitas com produtos nacionais, surgem necessidades novas, que reclamam para sua satisfação produtos das regiões e climas mais longínquos. Em vez do antigo isolamento das regiões e nações que se bastavam a si mesmas, estabelece-se um intercâmbio universal, uma interdependência universal das nações. E isto refere-se tanto à produção material, como à produção intelectual. (...) Os baixos preços das suas mercadorias constituem a artilharia pesada que derruba todas as muralhas da China e faz capitular os bárbaros mais fanaticamente hostis aos estrangeiros. Sob pena de corte, força todas as nações a adotar o modo burguês de produção; força-as a introduzir a chamada civilização, quer dizer, a tornar-se burguesas. Numa palavra: forja um mundo à sua imagem e semelhança (MARX; ENGELS, 1996, p. 9 -10 apud GOMES (2004).

Marx (1986), ao analisar o reinado de Luís Felipe de 1830-1848², no livro “As lutas de classes na França (1848-1850)”, já havia destacado a relação entre endividamento público do Estado francês, os crescentes rendimentos do que chamava de aristocracia financeira e os obstáculos ao equilíbrio fiscal:

ao contrário o incremento da dívida pública do Estado interessava diretamente à fração burguesa que governava e legislava através das câmaras. O déficit do Estado era precisamente o verdadeiro objeto das suas especulações e a fonte principal do seu enriquecimento. Cada ano, novo déficit. Cada quatro ou cinco anos novos

2 Para Marx (1986, p. 53), essa monarquia não passava de uma grande sociedade por ações para explorar a riqueza nacional, onde Luís Felipe era diretor dessa sociedade.

empréstimos. E cada novo empréstimo dá à aristocracia financeira nova ocasião de espoliar um Estado que, mantido artificialmente à beira da bancarrota, era obrigado a assumir compromissos com os banqueiros nas condições mais desfavoráveis (...) Em geral, a instabilidade do crédito público e a posse dos segredos de Estado davam aos banqueiros e aos seus associados a possibilidade de oscilações elevadas nas cotações dos títulos públicos (MARX 1986, p 52).

Entretanto, as bases teóricas para o desenvolvimento desta categoria surgiram principalmente na elaboração de “O capital”, de Karl Marx, especialmente no livro três, volume quatro, capítulo XIII, quando da explicitação da lei da tendência a queda da taxa de lucro e dos fatores que poderiam contrariar essa queda, no capítulo XIV: 1) aumento do grau de exploração do trabalho; 2) redução dos salários; 3) baixa de preços dos elementos do capital constante; 4) superpopulação relativa; 5) comércio exterior; 6) aumento do capital em ações.

2 – O acirramento das contradições capitalistas e a necessidade do mercado mundial

Nesse mesmo livro, Marx desenvolveu a categoria crise de superprodução, que, segundo Bukharin, seria o elemento fundamental para a exportação do capital. Outra elaboração de Marx decisiva para o entendimento do imperialismo foi a constatação do não reinvestimento de parte crescente da riqueza privada, que acabaria formando uma plethora de capitais motivada pela queda da taxa média de lucro, a qual desestimularia o investimento. Por outro lado, constatou a impossibilidade de realização da totalidade da mais-valia gerada dentro de uma economia nacional implicaria na busca de espaço para essa finalidade, pois não são idênticas as condições de exploração imediata e as de realização, já que a produção de mais-valia não gera automaticamente sua realização. Rosdolsky (2001, p. 265), ao analisar a questão da realização, afirmou que:

se o processo não se realiza – e a possibilidade desse fracasso está sempre dada, em cada caso, pela separação entre venda e compra –, o dinheiro do capitalista se terá transformado em um produto sem valor. Não só não terá adquirido nenhum valor novo, como também terá perdido o valor original.

O novo valor só poderá realizar-se na venda, porém em condições de se obter o preço de produção (preço de custo + taxa média de lucro). A restrição ao investimento surge quando o processo de acumulação se defronta com os limites de realização da mais-valia, bem como da queda da taxa de lucro, pois os capitalistas investem não por ser de sua natureza, mas essencialmente em busca de rentabilidade. A concorrência em escala mundial força os capitalistas a procurarem novos espaços para extração, realização e reinvestimento da mais-valia adicional. Todavia, tal processo pode acarretar a super - acumulação ou investimento em grande escala mundial, podendo generalizar os efeitos da crise. Por esse motivo, o crescimento das economias industrializadas sempre esteve dependente da expansão do mercado externo. A contradição essencial é que os mesmos fatores que levam ao aumento da taxa de lucro contribuíram, em seguida, para a sua queda, através da elevação da composição orgânica do capital.

Na busca do mercado externo, os obstáculos foram os mecanismos alfandegários, a

ausência de divisas por parte dos países subdesenvolvidos, as dificuldades de pagamentos e principalmente a concorrência com monopólios de outros países que usavam mecanismos semelhantes para a conquista destes mercados. Todavia, o elemento fundamental para a busca desses mercados é a queda da taxa de lucro, dada a elevada composição orgânica que resultaria numa redução da taxa média de lucro, exigindo novos espaços para a obtenção de um lucro extraordinário, ou seja, seria aumentar a disputa pela repartição, entre os capitalistas, da mais-valia global.

A facilidade de conquista do mercado externo pelos países industrializados não se deve apenas ao seu domínio político e militar, mas principalmente à elevada produtividade de suas indústrias e a facilidade de crédito para financiar suas exportações. Todavia, a motivação central para o comércio exterior não está simplesmente na possibilidade de realizar parte da mais-valia extraída dentro de uma economia nacional, mas na obtenção de um super - lucro.

Grossmann (apud ROLSDOLSKY, 2001, p. 259) aponta a diferença de composição orgânica dos capitais no comércio internacional como motivo para a exploração das nações subdesenvolvidas pelas nações industrializadas: “assim, têm lugar no mercado mundial, no interior da esfera de circulação, transferências de mais-valia produzida no país menos desenvolvido para o país mais desenvolvido”. Com isso, os ganhos obtidos pelos países industrializados no mercado mundial servem para fazer concessões salariais aos trabalhadores das nações desenvolvidas. Bukharin (1969, p. 106-107), ao investigar os motivos da política imperialista, concluiu na mesma direção.

A medida que o capital produtivo se desloca para o mercado mundial, tende a provocar efeito semelhante ao ocorrido dentro da economia nacional: elevação da composição orgânica do capital e seus efeitos sobre a taxa média de lucro. Assim, um conflito que se manifesta internamente entre os setores de composições orgânicas diferenciadas se reproduz de forma ampliada nas economias menos avançadas, pois no comércio exterior há o encontro de mercadorias com composição orgânica ainda mais diferenciadas.

Para se entender melhor esta questão, é fundamental a análise da categoria preço de produção, elaborada por Marx, quando investigou a transformação do valor em preço de produção³. Na sua investigação, o autor constatou que o preço de produção da mercadoria é igual ao preço de custo mais a taxa média de lucro. Para ele “as taxas diferentes de lucro, por força da concorrência, igualam-se numa taxa geral de lucro, que é a média de todas elas” (MARX, 1987, p. 179). Como em cada ramo de produção, têm-se diversas composições orgânicas, possibilitando diferentes taxas de lucro, os setores que têm maior composição orgânica e, por conseguinte, estão acima da composição social média apropriam-se da mais-valia gerada nos setores de

³ “O preço de venda dos bens que cobre os custos de produção e rende um lucro médio sobre a totalidade do capital investido é o chamado Preço de Produção” (RUBIN, 1980, p. 246). Todavia, o preço de produção não pode ser confundido com o preço de mercado, que flutua constantemente acima ou abaixo.

menores composições orgânicas e que estão abaixo da composição social média⁴. Os capitalistas vendem suas mercadorias pelo preço de produção, sendo que “uma parte das mercadorias se vende acima do valor na mesma medida em que a outra é vendida abaixo” (MARX, 1987, p. 179).

Esta repartição da mais-valia entre os capitalistas dos vários ramos, através das diferentes composições orgânicas, possibilita a apropriação de parte da mais-valia gerada não só no próprio ramo, mas vinda da totalidade do capital global da sociedade:

os capitalistas são vistos como simples acionistas de uma sociedade anônima em que os dividendos se repartem segundo percentagem uniforme, só se distinguindo os dividendos correspondentes a cada capitalista pela magnitude do capital que cada um colocou no empreendimento comum, pela participação percentual que tem na empresa, pelo número de ações que possui (MARX, 1987, p. 180).

Como os capitalistas tendem a fazer seus investimentos nas esferas de produção mais lucrativas, acabam por determinar a mobilidade dos capitais entre os setores. Para Bukharin (1969, p. 32), o objetivo essencial da economia mundial “consiste em produzir mais-valia e reparti-la entre os diversos grupos burgueses com base em uma reprodução constantemente aumentada das relações entre duas classes: o proletariado mundial e a burguesia mundial”.

Para a acumulação capitalista, tão importante quanto a extração de mais-valia, é a sua realização: “o capitalismo, em si, é uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição” (LUXEMBURG, 1983, p. 320). Encerrada essa etapa, a busca da alocação dessa mais-valia torna-se de fundamental importância. A queda da taxa média de lucro pode desestimular o reinvestimento produtivo, provocando uma expansão da forma dinheiro que impulsiona a fuga de capitais para outras formas de aplicação. A busca dessas novas modalidades vai exigir ações dos estados nacionais imperialistas, que acabam por determinar mudanças nas relações internacionais. Durante uma etapa do desenvolvimento capitalista, a ocupação de espaços não capitalistas possibilitou tal alocação.

Marx não desenvolveu uma teoria do imperialismo, mas apresentou os elementos essenciais para o entendimento das contradições capitalistas que movem o ímpeto imperialista, visando contorná-las. Parte dessas contradições vem do fato de que a mais-valia deve ser produzida (processo de produção) e realizada (processo de circulação), devendo também ser reinvestida, seja dentro do próprio território ou no mercado externo. A não ocorrência de qualquer destas etapas significa a interrupção do processo de acumulação.

Nessa direção, Bukharin (1974, p. 16-17) concluiu que:

As poderosas associações de empresas e a formação de trustes, a penetração do capital bancário na indústria, assim como a hegemonia do capital financeiro em toda a vida econômica e política dos países capitalistas desenvolvidos, tudo isso é a extensão dos aspectos observados por Marx. A dominação do capital financeiro não faz

4 Marx (1987, p. 186) chamou de “capitais de composição superior” os capitais que possuem composição orgânica acima da composição social média. Os capitais que possuem composição orgânica abaixo da composição social média são “capitais de composição inferior” e, por sua vez, cedem mais-valia. Já os capitais que operam em condições médias (cuja composição coincide com a do capital social médio) perdem pouco ou quase nada, pois o valor das mercadorias está próximo ou igual ao preço de produção.

mais que multiplicar a rapidez do movimento de concentração, transformando a produção em produção social.

Esta camada passou então a comandar os trustes, cuja ideologia se traduziu num imperialismo agressivo. Procurando identificar as causas do choque entre os Estados nacionais, Bukharin (1969, p. 19 - 20) afirmou que:

a luta dos Estados nacionais, que nada mais é que uma luta entre grupos da mesma ordem da burguesia, não caiu do céu (...) Tal choque é condicionado pelo meio particular em que vivem e se desenvolvem os "organismos econômicos nacionais" (...) Da mesma forma pela qual toda empresa individual é parte integrante de uma economia nacional, cada uma dessas "economias nacionais" integra-se no sistema da economia mundial. Por essa razão, é necessário encarar a luta dos corpos econômicos nacionais antes de tudo como uma luta entre as parcelas concorrentes da economia mundial, tal como consideramos a luta entre empresas individuais como uma das manifestações da vida social e econômica. Desse modo, o problema do imperialismo, de sua definição e de seu futuro, converte-se em apreciar as tendências evolutivas da economia mundial e das prováveis modificações de sua estrutura interna.

A maior parte do capital - dinheiro exportado pela Inglaterra não era de investimentos externos feitos por consórcios industriais como capital de risco, mas protegidos pelos respectivos Estados subdesenvolvidos. De 1874 a 1914, os investimentos externos europeus cresceram de US\$ 6 bilhões para US\$ 44 bilhões, sendo a maioria da Inglaterra. Metade do investimento deste país no exterior consistia em empréstimos a governos ou a empresas mistas. Além do mais, 70% do total era de capital fixo social (ferrovias, serviços de utilidade pública), que freqüentemente tinham garantias governamentais (SIMON, 1967, p. 42 apud BROWN, 1974, p. 161). Da mesma forma, quase todas as exportações de capital da França e da Alemanha constituíam empréstimos a governos (THOMAS, 1967, p. 11, apud BROWN, 1974, p. 158). Nesse período, o retorno dos investimentos ingleses no exterior girava em torno de 5%, quando os títulos do Tesouro inglês ofereciam 3%, enquanto a taxa de lucro industrial era mais elevada, mesmo com o declínio ocorrido depois de 1874. Com isso, concluiu Brown (1974, p. 163) que a taxa de retorno no exterior não foi o atrativo principal. Todavia, os empréstimos externos estão principalmente relacionados à penetração do capital em novos territórios.

A exportação do capital é a base fundamental do imperialismo e resulta do excedente de capitais nos países industrializados, o qual, a partir de 1870, determinou os investimentos diretos (BROWN, 1974, p. 158). Este processo coincide com a depressão de 1873 a 1895. A exportação de capital - dinheiro estava intimamente ligada à exportação de bens de capitais (BROWN, 1974, p. 169).

3 A intermediação dos Estados nacionais subdesenvolvidos e o endividamento externo e público

A exportação de capital - dinheiro, com a intervenção direta ou indireta dos Estados, acaba por impulsionar a exportação de capital - mercadoria, tendo em vista que as empresas industriais dos países centrais, estando submetidas aos bancos, acabam se beneficiando do crédito condicionados à aquisição de seus produtos, indiretamente. Nesse cenário, os Estados

são conduzidos “a tornar-se intermediários essenciais neste processo, pois são ao mesmo tempo os principais credores financeiros das sociedades multinacionais e os principais devedores” (ZARIFIAN, 1978, p. 159). Esses empréstimos impuseram características que implicaram problemas para o balanço de pagamento, na medida em que estimularam as importações, já que as exportações não cresciam porque grande parte dos investimentos realizados ocorria no setor de infra-estrutura e em indústrias voltadas para o mercado interno, nos países subdesenvolvidos.

Para Luxemburg (1983, p. 287 e 305), o fundamental da política imperialista é sua raiz econômica, sendo que o imperialismo seria “um método histórico de prolongar a existência do capital ou a fase da concorrência internacional”. Nesse processo, era fundamental o surgimento de novos Estados, onde os empréstimos externos eram fundamentais, para financiar não só a guerra como também as atividades de reconstrução. Com isso, os Estados novos já nasciam dependentes política e economicamente dos Estados imperialistas: “a guerra é o método habitual pelo qual um novo Estado capitalista se liberta da tutela do antigo” (LUXEMBURG, 1983, p. 287).

Bukharin (1969, p. 49) observou que, além das duas principais formas de exportação de capital – capital - juro e capital - lucro –, os empréstimos a governos subdesenvolvidos representaram um instrumento fundamental para a exportação de capital - dinheiro dos países centrais, devido ao aumento do orçamento do Estado, ocasionado tanto pela complexidade surgida na vida econômica, quanto pela militarização de toda a economia nacional, que resultavam na captação externa. Esse movimento representa na sua essência a transformação de capital inativo dos países centrais em capital produtivo nos países subdesenvolvidos por conta e risco destes Estados.

Desta forma, a exportação de capital - dinheiro acabava por impulsionar a exportação de capital - mercadoria, tendo em vista que as empresas industriais dos países centrais, estando submetidas aos bancos, estes, ao liberarem crédito, acabam por condicionar, indiretamente, a aquisição de seus produtos. Nesse cenário, os Estados são conduzidos “a tornar-se intermediários essenciais neste processo, pois são ao mesmo tempo os principais credores financeiros das sociedades multinacionais e os principais devedores” (ZARIFIAN, 1978, p. 159). Estes empréstimos implicaram no endividamento externo destes países, na medida em que estimulavam as importações, enquanto as exportações não cresciam, tendo em vista que grande parte dos investimentos realizados ocorrem no setor de infraestrutura e indústrias voltadas para o mercado interno.

A exportação de capital - dinheiro exigia, tanto dos países industrializados como dos países subdesenvolvidos, ações que possibilitassem a quase eliminação de riscos aos emprestadores. Durante a segunda metade do século XIX, o movimento essencial dessa exportação de capital se deu nos empréstimos públicos vinculados à construção ferroviária⁵ ou aos investimentos externos motivados pela garantia de rentabilidade oferecida pelos estados

5 O desenvolvimento da rede ferroviária se deu: nos anos 40, na Europa; nos anos 50, na América; nos 60, na Ásia; nos anos 70 e 80, na Austrália; e nos anos 90, na África (LUXEMBURG, 1983, p. 287).

subdesenvolvidos. O investimento externo com garantias estatais possibilitou ao investidor britânico uma renda regular e aparentemente segura e aos fabricantes de bens de capital uma saída certa para o seu excedente: “os bancos com apoio estatal fizeram o mesmo para os investidores franceses e alemães e para os bens de capital franceses e alemães” (LANDES, 1965, p. 516, apud BROWN, 1974, p. 186). Os EUA ofereciam garantia aos emprestadores ingleses de efetivos pagamentos dos agentes privados. Além disso, ofereciam garantias aos capitais ingleses investidos em empreendimentos industriais. Da mesma forma, vários estados subdesenvolvidos passaram a oferecer garantias de rentabilidade aos capitalistas estrangeiros que imobilizassem seus capitais, especialmente nas ferrovias. Estes Estados passam a cumprir um papel de intermediadores dos empréstimos estrangeiros, com determinadas garantias, recriando as condições para a manutenção do processo de acumulação, mediante ônus destes Estados, com crescimento da dívida pública⁶.

De acordo com Luxemburg (1983, p. 288), as funções dos empréstimos na acumulação do capital são múltiplas:

serve para a transformação (em capital) do dinheiro de camadas não-capitalistas, de dinheiro em equivalente (economia de pequena classe média), bem como para a transformação do capital - dinheiro em capital produtivo (por meio da construção de ferrovias e do fornecimento de armamento), ou para a transferência de capital acumulado das antigas nações capitalistas para as novas.

Esses empréstimos servem para abrir novas áreas de investimentos para o capital acumulado dos países industrializados e, ao mesmo tempo, estabelecer novos concorrentes: “essas contradições do sistema internacional de empréstimos constituem uma prova clássica da defasagem temporal e espacial que existe entre as condições de realização e de capitalização da mais-valia” (LUXEMBURG, 1983, p. 289). Segundo ela, “o fim da produção capitalista não é o emprego do maior volume possível de capital, mas a obtenção de mais-valia maior possível” (Id. *ibid.*, 1983, p. 317). Este fluxo de capital - dinheiro resulta do que fato que “a mais valia realizada que não pode ser capitalizada na Inglaterra ou na Alemanha, é colocada na Argentina⁷, Austrália, em construção ferroviária, centrais hidrelétricas (Id. *ibid.*, p. 191). Com isso, o capital ocioso que não tinha possibilidade de acumulação no país de origem busca no exterior, dando início ao processo de endividamento externo, bem como o surgimento do processo de industrialização, com a exportação de máquinas e técnicas já sem competitividade nos países centrais, mediante grande apoio dos Estados subdesenvolvidos⁸. O crescimento das economias industrializadas sempre esteve dependente da expansão do mercado externo

Esse mercado mundial de capital - dinheiro e os crescentes empréstimos tomados por

6 Esse procedimento do Estado, recentemente está sendo chamado de Parceria Público-Privada.

7 O capital Inglês canalizado para essa finalidade talvez já fosse, antes, o ópio indiano realizado na China (LUXEMBURG, 1983, p. 293). Por outro lado, a expansão ferroviária nos EUA resultou em parte da alocação da mais-valia acumulada e não reinvestida na Inglaterra. Da mesma forma, a capitalização da Rússia teve repercussões decisivas sobre a reprodução do capital em países como a França e a Alemanha (STERNBERG, 1979, p. 142).

8 “Se o capital é remetido para o exterior, tal acontece não pela impossibilidade de aplicá-lo no país. É que pode ser empregado no exterior com taxa mais alta de lucro” (MARX, 1987, p. 294).

países estabelecem novas relações:

se uma cidade russa faz um empréstimo junto aos capitalistas de Londres e lhes paga juros, passa-se o seguinte fenômeno: uma parte da mais-valia que exprime a relação entre o operário e o capitalista inglês cabe à prefeitura da cidade russa, a qual, por sua vez, sob a forma de juros, transfere para a Inglaterra uma parcela da mais-valia que é obtida da burguesia dessa cidade e que exprime a relação de produção entre o operário e o capitalista russo. Dessa forma, estabelece-se uma ligação entre os operários, assim como entre os capitalistas dos dois países (BUKHARIN, 1969, p. 31).

Desta forma, a geração de mais-valia desloca-se para regiões ainda incipientes: “o mais importante é que o capital acumulado do país velho encontre novamente outras possibilidades de produzir e acumular mais-valia, ou seja, possa continuar com sua acumulação” (LUXEMBURG, 1983, p. 293).

Luxemburg (1983, p. 299), ao analisar as conseqüências econômicas e políticas dos crescentes empréstimos externos para o Egito no século XIX, percebeu, no exemplo desse país, a vulnerabilidade financeira e política resultante da penetração do capital externo. Após impulsionarem as construções ferroviárias, as barragens e o Canal de Suez, concluiu que “quanto mais desesperadora e sem saída se apresentava a situação do país, mais próximo e inevitável se tornava o movimento em que ele, com todas as suas forças produtivas, cairia nas mãos do capital europeu” (LUXEMBURG, 1983, p. 289). Com apenas três décadas de expansão do capital estrangeiro no Egito, o resultado foi o desembarque, em Alexandria, em 1878, do representante dos credores europeus para estabelecer duplo controle das finanças pelo capital inglês e francês, fazendo com que o centro da vida econômica daquele país estivesse ligado aos direitos dos credores europeus. O momento decisivo veio em 1882, com a entrada da força militar inglesa no Egito, fazendo da submissão do país o resultado das grandes operações do capital: “é verdade que o desenvolvimento acelerado da economia mercantil do Egito, obtido graças ao auxílio do capital europeu, transformou o país em propriedade desse capital” (LUXEMBURG, 1983, p. 300).

Com isso, grande parte das propriedades territoriais restantes passou às mãos de companhias capitalistas, particularmente a companhia do Canal de Suez, em 1875, onde até mesmo as terras das mesquitas e dos seminários foram confiscadas pela Inglaterra, para cobrir os custos da invasão. Além disso, grandes extensões de terras, inúmeros braços e um enorme número de produtos resultantes do trabalho entregues ao Estado a título de impostos transformaram-se em capital europeu e foram acumulados por aqueles países (LUXEMBURG, 1983, p. 299).

4 O Estado capitalista, a oligarquia financeira e a corrida armamentista

Ao analisar o militarismo como domínio da acumulação de capital, Luxemburg (1983, p. 311) concluiu que este desempenha, na história do capital, uma função bem determinada:

Ele acompanhara os passos da acumulação em todas as suas fases históricas. No período da “acumulação primitiva”, desempenhou papel decisivo na conquista do novo mundo e dos países fornecedores de especiarias das Índias; desempenhou

também mais tarde, na conquista das sociedades primitivas e na apropriação de seus meios de produção, na imposição violenta do comércio aos países cuja estrutura social constituía um obstáculo à economia mercantil, na proletarização forçada dos nativos e na instituição do trabalho assalariado nas colônias, na formação e extensão de áreas de influência do capital, na imposição de concessões de ferrovias a países atrasados, na execução das dívidas resultantes dos empréstimos internacionais do capital europeu e finalmente como instrumento da concorrência entre os países capitalistas, visando a conquista de culturas não capitalistas (LUXEMBURG, 1983, p. 311).

Para Luxemburg (1983, p. 311), o militarismo, do ponto de vista estritamente econômico, mostrou-se importante na realização de parte da mais-valia, contribuindo assim para o processo de acumulação. Os crescentes impostos indiretos permitiram que os custos militares fossem cobertos, em grande parte, pela classe operária e pelo campesinato, permitindo uma transferência do poder de compra dos trabalhadores para o Estado⁹ e diminuindo a participação dos trabalhadores nos gêneros de subsistência, enquanto aumentava a demanda do setor industrial militar, o que representou uma nova possibilidade de acumulação de capital: “através dos impostos podemos ter a ampliação do consumo improdutivo em prejuízo do consumo produtivo” (STERNBERG, 1979, p. 135). Os impostos extorquidos dos trabalhadores geram um poder de compra totalmente voltado para a destruição, já que estes novos produtos não são consumidos nem pelos trabalhadores nem pelos capitalistas.

O estabelecimento do mercado mundial¹⁰ e a possibilidade de investir, em todos os continentes, parte da mais-valia acumulada e não reinvestida internamente, pode inicialmente amenizar os efeitos da crise nos países centrais. Todavia, abre a possibilidade de acirramento da concorrência mundial mais à frente, amplificando ainda mais as contradições. A contradição essencial é que os mesmos fatores que levam ao aumento da taxa de lucro, em seguida, contribuem para a sua queda, através da elevação da composição orgânica do capital.

Para Bukharin (1969, p. 133), a exportação do capital constituiu “o método mais cômodo da política econômica dos grupos financeiros que, com a maior facilidade, escravizam novos países”. Por estas diversas formas, capitais de um país determinado penetram em outros países e intensificam a interpenetração de capitais, dando início a outra forma de fluxo de parte da mais-valia entre o país de origem do capital emprestado e o país gerador da mais-valia, ampliando a interdependência internacional.

A expansão dos monopólios no plano nacional e sua necessidade de atuação no plano mundial exigem a formação de trustes internacionais, num processo em que os bancos tiveram um papel decisivo no seu financiamento (BUKHARIN, 1969, p. 71). Tal movimento agrava ainda mais o antagonismo entre os interesses dos diferentes grupos nacionais da burguesia, sendo que os conflitos que surgem entre estes são devidos às modificações nas condições de reprodução do capital e acabam por conduzir à guerra: “na sociedade capitalista, a guerra nada mais é, na

9 No final do século XX, com o fim da Guerra Fria e o crescente dispêndio com o pagamento dos juros das dívidas públicas, os impostos passaram a ser transferidos diretamente para os banqueiros e fundos de pensões.

10 Segundo Marx (1987) o período de 1815 a 1847 era fase considerada como a infância do mercado mundial.

verdade, que um dos métodos da concorrência capitalista, na medida em que esta se exerce na esfera da economia mundial” (BUKHARIN, 1969, p. 66)¹¹.

A expansão da economia mundial foi determinada pelo grande desenvolvimento das forças produtivas, que acarretou também a amplificação das contradições capitalistas, na medida em que determinou tanto o crescimento da composição orgânica do capital¹² como as dificuldades de realização da mais-valia extraída. Esta expansão mundial foi possível mediante a aceleração do processo de concentração e centralização do capital na esfera mundial:

o processo de organização dos monopólios capitalistas é a sucessão lógica e histórica do processo de concentração e centralização. Assim como sobre os destroços do monopólio feudal nasceu a livre concorrência dos artesãos, que levou ao monopólio da classe capitalista sobre os meios de produção, da mesma maneira a livre concorrência da classe capitalista gerou progressivamente sua própria limitação e a formação de economias gigantescas, que monopolizam a totalidade do mercado internacional. De modo algum podem tais economias ser consideradas como fenômenos “anormais” ou “artificiais”, resultantes dos encorajamentos dados pelo Estado, sob a forma de, por exemplo, direitos alfandegários, prêmios, encomendas ou subsídios governamentais, pois – embora todas essas causas hajam contribuído para acelerar o processo – não foram e muitos menos são a sua condição necessária (...) Quanto mais desenvolvidas são as forças produtivas de um país, mais poderosos são os monopólios (BUKHARIN, 1969, p. 82).

O surgimento do imperialismo tem uma motivação essencialmente econômica que acaba se convertendo numa necessidade política, tendo em vista a interpenetração entre os monopólios privados e o poder estatal. A motivação econômica se dá através da manifestação de uma crise de superprodução, especialmente nos países industrializados, seja na forma de capital mercadoria (estoque), seja na forma de capital - dinheiro (plethora de capitais), seja na forma de capital produtivo (capacidade ociosa). Define-se o imperialismo como a política do capital financeiro, “que subordina o mundo ao seu domínio, substituindo as velhas relações de produção pré-capitalista, ou capitalistas, por relações de produção do capitalismo financeiro” (BUKHARIN, 1969, p. 151-152).

Marx, ao analisar o excesso de capital e de população, concluiu que se trata de: superprodução de capital, não de mercadorias isoladas – embora a superprodução de capital implique sempre superprodução de mercadorias – nada mais significa que superacumulação de capital (...) Trata-se aqui de superprodução que não concerne apenas a este ou àquele ou a ramos importantes da produção, mas que seria absoluta em sua amplitude, abrangendo todos os domínios da produção (MARX, 1987, p. 288-289).

Para Bukharin (1969, p. 123), “a exportação de capital de um dado país pressupõe uma superprodução nesse país, isto é, superacumulação”. A busca do mercado do externo como forma de contrapor a tendência a queda da taxa de lucro leva à extensão dos monopólios no mercado mundial, tornando a atuação do Estado ainda mais decisiva.

O Estado evita as conseqüências da superacumulação do capital sobre a taxa de lucro média privada,

¹¹ As guerras alfandegárias são etapas intermediárias até que as forças das armas definam uma solução mais efetiva (BUKHARIN, 1969, p. 94).

¹² Movimento marcado pela expansão do capital constante, em relação ao capital variável, que determina a tendência a queda da taxa de lucro.

tomando a seu encargo os setores deficitários indispensáveis aos monopolistas e, mais geralmente, a infraestrutura viária, os transportes, a preparação de zonas industriais, a pesquisa; ou então investe para perder onde a taxa de lucro é inferior à média, na siderurgia, na aeronáutica, na química, na indústria de armamento, na construção naval. Com isso as grandes empresas continuam a desfrutar de uma alta taxa de lucro (DOCKES, 1976, p. 261).

Segundo Sternberg (1979, p. 121-122), em sua fase imperialista, o capitalismo necessita do Estado, tanto quanto necessitou na fase mercantilista, fortalecendo a expansão capitalista, além do limite puramente econômico. Cada Estado capitalista necessita facilitar a alocação de parte da mais-valia acumulada internamente no exterior, o que acaba acarretando novos conflitos. A expansão imperialista prossegue mesmo nas áreas já incorporadas à acumulação capitalista. Com essa redução de espaços não capitalistas, a nova etapa de expansão implicará a decomposição de setores capitalistas baseados em padrões tecnológicos menos desenvolvidos, como afirma Campos (2001), ao analisar o caso brasileiro em vários momentos, especialmente com a abertura comercial dos anos 90.

A política do capital financeiro é determinada pelo agravamento da concorrência, que leva à disputa pela posse de mercados para bens industrializados, de matérias-primas, de espaços para investimentos produtivos e para empréstimos de capital - dinheiro não reinvestido, na busca de juros mais elevados. Os setores monopolistas pressionam por um aumento dos gastos estatais, sejam militares, investimentos em infraestrutura ou nos chamados gastos sociais, reivindicando também protecionismo para seus mercados internos. O crescimento do capital excedente é determinante na constituição do capital financeiro e na sua dimensão rentista.

A transição da fase concorrencial para a fase monopolista apresenta mudanças nos métodos de apropriação de mais-valia, pois:

no capitalismo livre - concorrencial, os métodos que possibilitam a elevação diferencial da taxa de lucro foram os mesmos que também geraram a queda da taxa de lucro, tornando opositiva à continuidade da reconversão produtiva (...) À época imperialista, ocorreu a reversão do curso anterior. Os métodos de apropriação diferencial de mais-valia (ou realização dos lucros), não mais se identificam com o desenvolvimento de métodos produtivos, ao contrário, tornando-se financeiros, rentistas e parasitários em oposição aos métodos produtivos (XAVIER, 1995, p. 40-41).

Com isso, o Estado capitalista passa a ter um novo papel, nesta fase, visando recriar as condições de lucratividade dentro da economia nacional e, especialmente, criar as bases para a sua atuação na economia mundial. Com isso, passa a ter novas atribuições, principalmente a partir do início do século XX, não só no processo de implantação, ampliação e substituição do sistema de infraestrutura provenientes da grande mudança de padrão tecnológico ocorrida no período, como também nas políticas de sustentação da lucratividade dos monopólios. Para tanto, houve a penetração dos monopólios no núcleo de poder do Estado, assumindo uma nova dimensão: uma oligarquia financeira instalou-se no poder e dirige a produção, reunida pelos bancos em um só feixe (BUKHARIN, 1969).

Por esse motivo, os Estados modernos são intérpretes fiéis dos interesses do capital financeiro, que, devido ao agravamento extremo da concorrência, acabam por determinar os

rumos das relações internacionais na economia mundial. Esses grupos buscam seu último argumento na força e no poder da organização estatal e, sobretudo, em suas frotas e exércitos, na luta entre as grandes potências: “assim, a competitividade no mercado mundial depende da força e da coesão da nação, de seus recursos financeiros e militares” (BUKHARIN, 1969, p. 140 - 141). Esse processo de disputa por novos mercados determinou a Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

Nas disputas entre as grandes potências, a corrida armamentista passou a determinar os rumos de parte do excedente capitalista. Durante e após a Segunda Guerra Mundial, a expansão dos gastos militares, especialmente nos EUA, redirecionou o excedente do Departamento I e do Departamento II para a demanda estatal, reduzindo temporariamente a necessidade do mercado externo. A partir da Segunda Guerra, com a efetivação do Departamento III, produtor de não mercadorias, o excedente do Departamento I, que gera meios de produção, e do Departamento II, que produz bens de consumo, foi desviado para o Departamento III, que produz meios de destruição, onde se concentra o trabalho improdutivo. Nesse departamento, bancado pelos gastos estatais, o desenvolvimento tecnológico teve grande impulso, refletindo nos demais departamentos (CAMPOS, 2001).

A divisão internacional do trabalho dos países desenvolvidos no pós-Segunda Guerra fez com que se concentrasse nos EUA a produção de não mercadorias, já que essa atividade foi proibida no Japão, na Alemanha e na Itália. O capitalismo desenvolveu não só as forças produtivas, mas também forças improdutivas e destrutivas (CAMPOS, 2001, p. 281). Nessa divisão internacional do trabalho entre os países centrais, a elevada taxa de acumulação de capital, na Alemanha e no Japão, acabou por se manifestar numa produção excedente que só poderia se realizar e garantir a reprodução do capital cêntrico na medida em que os EUA se transformassem no mercado consumidor do excedente mundial de mercadorias.

A necessidade do mercado externo, que impulsiona o ímpeto imperialista, depende de vários fatores e não exclusivamente da busca de lucro maior: 1 – da impossibilidade de obtenção da totalidade das matérias-primas necessárias à produção interna; 2 – da magnitude da mais-valia realizada e não reinvestida na economia nacional; 3 – da necessidade de realizar parte da mais-valia extraída internamente; 4 – da necessidade de obtenção de super lucro no mercado externo, devido a maior diferenciação da composição orgânica no mercado mundial; 5 – da necessidade de deslocamento de indústrias já defasadas para outros países; 6 – da necessidade de deslocar o excedente monetário surgido de políticas monetárias expansionistas ou do não reinvestimento produtivo, em novos territórios. Nessa função, é fundamental a existência de barreiras protetoras dentro das economias imperialistas e da abertura comercial e financeira dos países subdesenvolvidos.

Os empréstimos externos, que marcaram a gênese do capitalismo monopolista no final do século XIX, repetiu-se a partir dos anos 70 do século XX, apesar de novas determinantes, com a expansão do euromercado de moedas e dos empréstimos das instituições multilaterais. As

crises da dívida externa e de crédito dos anos 80 marcaram a crise do sistema de empréstimos externos baseados no euromercado de moedas. Nos anos 90, ocorreu um novo ciclo desta expansão da liquidez mundial, onde novamente os Estados subdesenvolvidos criaram as condições para atração deste volume de capital excedente a partir da política monetária da elevação da taxa de juros, como forma de obter reservas necessárias para bancar a âncora cambial.

Ao analisar o processo global da produção capitalista (processo de produção e de circulação), Marx (1987) apontou as contradições essenciais desse modo de produção que determinaram o processo de concentração e centralização do capital, fundamentais na formação do capital financeiro. Todavia, a característica essencial do capital financeiro não é apenas a crescente expansão dos monopólios, em especial do setor bancário e a incorporação do setor industrial, mas também pelo crescente parasitismo / rentismo, decorrente do caráter improdutivo que o capital assumiu, já no início do século XX, acentuado a partir do final dos anos 60, e que levou a crescente internacionalização do capital - dinheiro, culminando no euromercado de moedas e no endividamento externo. A este fenômeno, foi adicionada a crise fiscal e financeira do Estado capitalista e a expansão da dívida pública, que marcou os anos 80 e início dos 90, passando a atrair parte crescente do capital privado, pelos altos juros praticados.

No início do século, Lênin (1979, p. 87 - 98) já colocava o imperialismo como a fase monopolista do capitalismo, resultado da substituição da livre concorrência pelos monopólios, onde o parasitismo é sua decorrência, que gera uma tendência à estagnação e à decomposição, na medida em que se estabeleciam os preços de monopólios, fazendo desaparecer os estímulos, até certo ponto, de progresso técnico. Segundo Lênin (1979, p. 99), a exportação de capitais, uma das bases essenciais do imperialismo, aumenta, também, o distanciamento da produção da camada rentista, dando à totalidade do país um cunho de parasitismo¹³. Para Lênin (1979, p. 61–101), o Estado rentista (*rentner-staat*), é um Estado de capitalismo parasitário decomposto e, como tal, não pode deixar de ter influências sobre as condições sociais e políticas do país, fazendo com que o mundo se dividisse entre um punhado de Estados usurários e uma imensa maioria de Estados devedores, fruto da maturidade excessiva que impulsionou a exportação de capitais¹⁴. A respeito desse fato, Lênin (1979, p. 61) concluiu, a partir da experiência da França, que “trata-se de capitais de empréstimos de Estados e não de capitais investidos em empresas industriais”. Esta característica, com o desenvolvimento do capital financeiro, especialmente a partir dos anos 70, passou a ser a marca dos principais Estados desenvolvidos, enquanto o endividamento externo e público passou a ser a característica tanto dos Estados subdesenvolvidos como dos desenvolvidos.

13 “O rendimento dos rentistas na Inglaterra é cinco vezes mais elevado do que aquele que provém do comércio exterior, tal é a essência do parasitismo imperialista” (LÊNIN, 1979, p. 100).

14 Segundo Xavier (1995, p. 33), a percepção de Lênin do parasitismo na fase imperialista foi sempre um incômodo para suas próprias fileiras, à exceção de Trotsky, que já a havia apresentado em sua tese sobre a revolução permanente, pois só foi abraçada pelo Partido Bolchevique às vésperas da Revolução Russa, formulação chamada por Lênin de Teses de Abril. Tal concepção constou do Programa da III Internacional, sendo removida dez anos depois, retornando só no Programa da IV Internacional.

Bukharin (1974), visando estudar a diferença metodológica da escola austríaca, especialmente Bohn-Bawerk, elaborou o livro “A economia política do rentista”, no qual concluiu que essa camada rentista tende a crescer constantemente, pois a cada ano a burguesia faz aparecer um volume maior de capital excedente. Como a emissão de ações nas bolsas absorve apenas uma pequena parte desses recursos, os títulos públicos e dívidas municipais acabam atraindo uma grande parte desse excedente¹⁵:

A burguesia se transforma numa massa de rentistas que mantêm com as grandes instituições financeiras as mesmas relações que com o Estado, de quem compra os bônus do Tesouro¹⁶. Com isso, a burguesia tende a deslocar seus recursos para o Estado, mesmo oferecendo rendimentos menores que as ações, mas com menor risco. Em consequência, esta camada tenderá a emprestar ao Estado quanto maior a segurança oferecida por este (BUKHARIN, 1974, p. 31).

Para Bukharin (1974, p. 39), a escola austríaca, em especial Bohn - Bawerk, representava “a ideologia do burguês já eliminado do processo de produção ou em via de degradação, que imortaliza as peculiaridades de sua mentalidade decadente mediante uma teoria estéril no plano teórico”¹⁷. Ainda de acordo com Bukharin (1974, p. 41 - 44), o rentista internacional encontrou em Bohn - Bawerk e na teoria da utilidade marginal um guia científico, arma tanto contra as forças essenciais do desenvolvimento capitalista, quanto contra o movimento operário.

5 A intervenção do Estado na experiência brasileira

Ao analisar o desenvolvimento capitalista no Brasil, XAVIER (1995, p. 35) concluiu que, “quanto mais o capital se converteu produtivamente, tanto mais o enriquecimento foi se tornando rentista”. Para ele, o desenvolvimento das forças produtivas, nessa etapa, se dá pela conversão de capital - dinheiro inativo em capital produtivo, pois o Estado supera negativamente o rentismo capitalista, bancando o ônus com o endividamento. Em outras palavras, quanto mais o capitalismo se desenvolve, tanto mais parasitário e rentista tende a se tornar, ficando, por outro lado, menos produtivo e desenvolvimentista, já que a reconversão produtiva do capital desloca-se crescentemente da esfera da iniciativa privada para o Estado, com crescente ônus, que em seguida ameaça o próprio funcionamento do Estado, quando se torna prisioneiro da apropriação capitalista rentista (XAVIER, 1995, p. 40).

A expansão da empresa capitalista é resultado do processo apropriação privada da riqueza ou da extração de volume crescente de trabalho excedente. O Estado capitalista apenas cria condições necessárias para que o processo de produção e exploração da força de trabalho

15 Nos dois casos, recebem rendimentos.

16 “A venda de títulos estrangeiros consistia o núcleo central das operações da Bolsa de Londres a partir da segurança de renda” (BROWN, 1974, p. 163). As garantias governamentais cobriam mais de três quartos dos investimentos britânicos em 1890, já que quase metade eram obrigações governamentais e o outro terço, títulos de ferrovias e serviços de utilidade pública com endosso governamental” (RIPPY, 1959, apud BROWN, 1974, p. 179).

17 Nessa escola, o individualismo que marca a burguesia se acentua, quando se trata da fração rentista, distinguindo-se pelo individualismo metodológico e pelo a-historicismo, tendo o consumo como ponto de partida (BUKHARIN, 1974).

ocorra. Na tarefa de dar suporte aos grupos monopolistas, as empresas estatais desempenharam papel importante no Brasil, seja nas indústrias extrativas ou de infraestrutura (serviço de água, usinas de gás, elétricas, etc.). Todavia, era através dos bancos estatais que os monopólios tinham acesso a crédito em condições privilegiadas. A estatização no Brasil existiu enquanto o Estado teve capacidade de emissão, endividamento, financiamento e reinvestimento, superando negativamente o capital financeiro e tornando-o crédito gratuito (XAVIER, p. 188 e 202). Na regressão do Estado, impõe-se a privatização e o colapso do Estado desenvolvimentista, bem como dos serviços públicos essenciais e a barbarização das relações capitalistas e da reprodução da força de trabalho (XAVIER, 1995, p. 42).

Segundo Xavier (1995, p. 52), admitir a presença do Estado nacional na produção

é reconhecer que não mais emergir das crises uma conjuntura expansiva sob a responsabilidade da propriedade privada, do capital e das classes capitalistas (...) Desta forma, à medida que se admitem as funções produtivas ao Estado, implica reconhecer o parasitismo das classes capitalistas e, em consequência, a falência da propriedade, da iniciativa e da riqueza privada na promoção do desenvolvimento capitalista especificamente industrial na economia nacional.

Xavier (1995, p. 239-258), ao investigar a origem da industrialização no Brasil, percebeu o caráter inativo do capital privado, concluindo que esta

emerge em uma época histórica comprimida entre as duas guerras mundiais, na qual estava em curso, de um lado, a terceira partilha do mercado capitalista mundial entre as potências imperialistas, e de outro a crise dos métodos de enriquecimento capitalista sob o subdesenvolvimento em sua época clássica (...) Por isso mesmo, sob tais pressuposições, no próprio desenvolvimento capitalista, esteve, então, a possibilidade histórica da amplificação, sob o Estado novo, da produção capitalista industrial, com efeito partindo já monopólica, concentrada e centralizada de um lado, e com a força de trabalho já arredia ao capitalismo de outro (...) [Esta] foi tanto a própria superação específica, formal, conjuntural e negativa de um parasitismo capitalista, por ter sido valorização de capital, quanto reconstituição de um outro parasitismo, por ter sido valorização de capitais de terceiros, privados e inativos, só valorizados por conta e risco do Estado.

Visando ilustrar a lógica do enriquecimento capitalista parasitário no Brasil, esse autor propôs uma periodização da industrialização correspondente a dois momentos essenciais: a industrialização e desindustrialização. O essencial desta periodização vem do fato de que

quanto mais o capital (inativo, JM) se converte em produtivo (via intermediação estatal), tanto mais a apropriação vai se convertendo em rentista, tanto menos produtivo tendem a ser a determinação e o movimento de apropriação, da acumulação e do desenvolvimento capitalista (...) Em consequência, nas condições de partida da industrialização, estão colocadas as condições de reversão (...) pois na verdade a industrialização no Brasil exauriu o Estado (...) e, de fato, o Estado contrapõe-se às crises da produção capitalista, tão somente para fazê-las reaparecer ainda mais amplificadas nas contradições, tanto na produção quanto dos métodos estatais (XAVIER, 1995, p. 168-261).

A melhor ilustração desta periodização colocada por Xavier (1995) pode ser observada a partir do início dos anos 80. Logo após o *boom* da industrialização nos anos 70 ou do ápice do Estado como superador do parasitismo privado nacional e internacional, principalmente através do endividamento externo, vem a fase da desindustrialização nos anos 80 e 90 e da agudização do parasitismo privado. A política econômica dos rentistas efetivada com o Plano Real amplificou ainda

mais essa dívida e a transferência de recursos públicos para o setor financeiro.

O deslocamento industrial para os países subdesenvolvidos acaba sendo em parte consequência da manifestação da sobreacumulação de capital nos países centrais. Com isso, o Brasil, o México, a Argentina e a Coréia do Sul passaram a ser economias hospedeiras do capital excedente do centro, provocando uma aceleração das desigualdades sociais resultantes da concentração de renda, exigida para possibilitar o consumo de partes desses produtos: “a periferia incorpora, nos anos 50, a estrutura produtiva que entrou em crise em 1929” (CAMPOS, 2001, p. 330). A exportação do capital - dinheiro para as economias subdesenvolvidas impulsionou, em seguida, a exportação de capital produtivo já defasado.

Esse movimento produz primeiramente uma substituição das importações e, em seguida, um crescente endividamento externo, seguido por colapso dessas economias hospedeiras, quando o novo padrão de produção nos países centrais passa a exigir a retomada dos mercados antes substituídos (CAMPOS, 2001, p. 298). Esse deslocamento industrial é motivado também pelas políticas de atração industrial por parte dos Estados subdesenvolvidos: subsídios, incentivos fiscais, mão - de - obra barata, baixo nível de organização sindical, crédito governamental, doação de terras e concessões de áreas de exploração mineral. Os principais momentos dessa expansão na economia mundial coincidiram com o momento de instalação dessa crise, como em 1873, no pós-Segunda Guerra, nos anos 70 e nos anos 90.

Segundo Zarifian (1978, p. 17), o excedente de capital exportado para combater a sobreacumulação interna reassume a forma que tinha à partida, só que de forma amplificada, porque o capital exportado, na medida em que é sempre capital metropolitano, participa na formação da taxa geral de lucro e acaba elevando a composição orgânica do capital também no exterior, generalizando a sobreacumulação na economia mundial.

Atualmente, a sobreacumulação de capital mundial se apresenta nos mesmos setores em que ocorreu na crise de 1929¹⁸, acrescidos dos setores de computadores, televisão via satélite, telefonia celular e outros meios de transportes de sons, imagens e sinais. A sobreacumulação produziu, também, esta nova onda de transplante nos anos 90, que gerou excesso de produção na periferia (CAMPOS, 2001, p. 293)¹⁹.

Segundo Campos (2001, p. 293), o sucateamento do parque industrial periférico é o resultado da forma de inserção dominada e modelada pelos interesses da reprodução cêntrica, altamente contraditória. As importações de meios de produção destroem as indústrias de base nas

18 A inexistência de infraestrutura (estradas, hidrelétricas e distribuição doméstica de energia, etc) a ausência de um sistema de crédito ao consumo, a baixa renda per capita, nos países subdesenvolvidos, dificultaram a exportação de parte desta crise, a partir de 1929. Esta crise foi acompanhada da especulação bursátil que concentrou na Bolsa o capital dinheiro potencial que poderia se transformar em empréstimos externos (CAMPOS, 2001, p. 298).

19 Segundo Campos (2001, p. 297-298), a crise européia de 1870, que chegou a Inglaterra em 1873, provocou uma pletora de dinheiro não investido, que refluíu para a Rússia, o Egito, a Argentina, o Brasil, a Austrália e outros, aumentando a dívida externa periférica e sua capacidade de importação de ferrovias, de máquinas e equipamentos para Portos. Assim, o surto industrial globalizado pela crise de 1873 se transformou em desastre verificado no Egito e Argentina (1890), no Brasil (1898).

economias semi - integradas ou as bases sobre as quais se ergue a produção nacional. A incapacidade de pagamento dos serviços das dívidas públicas interna e externa e da dívida privada externa imporá o limite no processo de inserção contraditória, dominada, das economias periféricas no panorama globalizado, como é o caso da Argentina, onde acabou por reduzir a capacidade de importação ou mesmo do pagamento das dívidas. Trata-se do efeito bumerangue, pois acaba retornando às economias centrais (CAMPOS, 2001, p. 293). Em seguida, o capital transplantado é recebido, de novo, com doações de terrenos, isenções tributárias de 20 a 30 anos e empréstimos a juros subsidiados²⁰.

A nova investida imperialista, especialmente dos EUA, surgiu a partir dos anos 70, com o início da primeira crise econômica do pós-Segunda Guerra. Para Mandel (1990, p. 221 - 222), as recessões em questão resultam das contradições específicas da economia capitalista do início dos anos 70, com recessões e as tímidas recuperações. Especialmente nos anos noventa, os organismos financeiros internacionais foram instrumentos fundamentais para a luta dos monopólios internacionais (abertura comercial, privatizações e desregulamentação financeira) na tentativa de contornarem os efeitos da crise capitalista nessa etapa²¹. Nesse período, em particular, refletindo uma tendência histórica, o papel do comércio exterior foi mais uma vez destacado, mesmo quando o fluxo principal de capital era de curto prazo. A natureza da política de estabilização dos anos 90, na América Latina, uma vez mais, visava implementar ações que possibilitassem contrapor a tendência a queda da taxa de lucro através dessas iniciativas.

O eixo do pensamento “neoliberal” no qual se sustenta a política econômica dos anos 90 para os países subdesenvolvidos visava contrapor a referida tendência a partir das seguintes finalidades: 1 – reduzir salários reais, mediante o aumento da oferta de força de trabalho, com o aumento do desemprego; 2 – elevar a taxa de lucro, mediante a terceirização, juntamente com a reengenharia, utilizando-se da robótica e da telemática, que implicava na redução dos custos trabalhistas (reforma da constituição) e a doação das empresas estatais; 3 – transferir, por meio da ação do governo, recursos dedicados ao social para os banqueiros ameaçados de falência, como ocorreu no Brasil com o PROER, que consumiu R\$ 35 bilhões; 4 – criação de pressão externa exercida pelas mercadorias importadas (déficit comercial), substituindo a produção nacional e expulsando trabalhadores nacionais, enquanto gerava emprego nos países exportadores; 5 – criação de novos impostos e elevação da carga tributária para preservar a capacidade de gastos, principalmente com juros; 6 – aumento da dívida pública interna e externalização do endividamento, com a venda de títulos no exterior; 7 – contenção da demanda de meios de consumo por meio da demissão de funcionários, redução de salários e manutenção de elevados juros sobre a venda de bens de consumo (CAMPOS, 2001, p. 287 - 288).

20 Por esse motivo, o Brasil possui hoje um número maior de montadoras do que os EUA.

21 Nos anos 90, a abertura comercial exigida para a implantação do Plano Real, visava justamente abrir caminhos para os grandes monopólios capitalistas ameaçados pela recessão de 1991, especialmente dos EUA.

6 A crise fiscal e financeira do Estado e o capital fictício

Mesmo com esta exaustão fiscal e financeira do Estado nos anos 90, surgiram novas formas de valorização do capital privado através das reformas ocorridas, em especial a da Previdência:

com a privatização da previdência, dos seguros de saúde, os fundos privados passam a armazenar somas fantásticas de dinheiro. Ao contrário do dinheiro que emigra para a Bolsa fugindo da crise do mundo real, este dinheiro já nasce com destino certo: pagar prêmios (...). O dinheiro especulativo mundial se soma ao dinheiro dos fundos e provoca um permanente aquecimento das ações. A cotação se eleva e se mantém elevada, retirando sua rentabilidade da entrada de mais compradores, tal como ocorre nas pirâmides e nas correntes (...). Por mais elevada que seja a taxa de exploração, o dinheiro especulativo só poderá retirar da especulação sua rentabilidade fictícia (CAMPOS, 2001, p. 319 - 320).

A rentabilidade fictícia desse volume gigantesco de dinheiro especulativo se encontra ameaçada de não encontrar vida real: “não há possibilidade de o excedente extraído do trabalho humano poder oferecer juros para o gigante se reproduzir” (CAMPOS, 2001, p. 319). O destino do capital ocioso tanto pode ser as bolsas de valores como o financiamento do déficit do balanço de pagamentos como a aquisição de títulos da dívida pública ou do mercado de câmbio.

Carcanholo (1999, p. 1), ao analisar o período recente, apresenta os conceitos de capital especulativo e de capital especulativo parasitário, derivados de conceitos como o de capital industrial e o de capital fictício, desenvolvidos por Marx. Em suas considerações a esse respeito, Carcanholo concluiu que a fase atual do capitalismo é de que a lógica produtiva é superada pela especulativa:

o domínio da lógica especulativa sobre a produtiva ocorre por conseqüência de um crescimento desmedido do capital fictício, transformando o capital a juros (autonomização de uma das formas funcionais do capital industrial) em uma nova entidade; ela é a que foi por nós chamada de capital especulativo parasitário²². Este redefine o capital industrial, na medida em que, como forma funcional que é, passa a ser seu pólo dominante (CARCANHOLO, 1999, p. 1).

Por sua vez, Nakatani (2002, p.1), analisando a recente fase de expansão da economia dos EUA, concluiu que tal movimento

só foi possível através da transferência de mais-valia produzida em todo o mundo e pela gigantesca expansão do capital fictício, o que mascarou a pressão decrescente da taxa de lucro (...) Essa é uma das razões pela qual a reduzida taxa de juros nos países capitalistas desenvolvidos como os EUA, Japão e União Européia, na última década, não foi capaz de relançar a atividade produtiva. Mesmo as tentativas de uma política keynesiana, no Japão, de tornar negativa a taxa real de juros e distribuir renda para estimular a demanda, não foram suficientes para tirá-lo da estagnação. O capital monetário disponível dirigiu-se para a obtenção de ganhos fictícios nos mercados financeiros internacionalizados, mas não deixou de tentar

22 “Essa expansão, em detrimento do capital produtivo, implica a ampliação de gastos improdutivo e, principalmente, porque amplia o trabalho improdutivo a custas do produtivo. A ampla camada de novos trabalhadores improdutivo, a serviço do capital especulativo parasitário, ao mesmo tempo que não contribui para a produção de excedente e nem mesmo para a produção de suas próprias remunerações, exige um grau de apropriação mais elevado, se comparado com aquelas obtidas nas atividades produtivas” (CARCANHOLO, 1999).

se materializar, principalmente através das fusões e aquisições e das privatizações nos países subdesenvolvidos.

Ainda segundo Nakatani (2002, p. 2), o processo privado de apropriação da riqueza gerou um padrão de consumo capitalista impossível de ser generalizado, já que excluiu 80% da população mundial, constituindo-se num limite relativamente estreito para a realização da mais-valia.

Sobre o capital fictício, Hilferding (1985) destacou que o banco apenas coloca à disposição do mercado, sob a forma de capital fictício, o capital monetário destinado à transformação em capital industrial. É aí que se vende o capital fictício e o banco realiza seu lucro de fundador, lucro que se origina da transformação de capital industrial em fictício (...) Essa função do banco, de levar a efeito a mobilização do capital, decorre do fato de o mesmo ter a sua disposição o dinheiro de toda sociedade. Essa função estabelece, ao mesmo tempo, a exigência de o banco dispor de um grande capital próprio. O capital fictício (título de crédito) é mercadoria *sui generis*, que só volta a se transformar em dinheiro mediante a sua venda (HILFERDING, 1985, p. 131 - 132).

Para Hilferding (1985, p.147 e 150), o volume de crédito aumenta a possibilidade de especulações na bolsa, pois depende essencialmente do volume de dinheiro que se encontra à disposição dos especuladores.

Zarifian (1978, p. 307), ao abordar o papel do crédito no pós-Segunda Guerra, concluiu que, ao prolongar a fase de crescimento, este crédito permite a abertura de um novo ciclo de acumulação e perspectiva de extração de uma nova mais-valia. Porém, a mais-valia real “formável” torna-se estruturalmente insuficiente, de modo que sua antecipação, que antes estimulava a “fuga para a frente” do investimento, torna-se plenamente contraditória (...) Por outro lado, o estado de sobreacumulação faz com que este lucro antecipado seja superior à mais-valia realmente extraída. Segue-se na mesma linha do processo real de produção, a formação de um lucro fictício (de uma defasagem lucro – mais - valia), cuja realização, através do crédito comercial, poderá ser antecipada. Ele permite funcionar como se o capital estivesse realizado e o lucro libertado para um novo ciclo de acumulação e de produção (ZARIFIAN, 1978, p. 155)²³.

Tradicionalmente, quando começa uma recessão, o déficit orçamentário e a política monetária atuam no sentido de evitar queda dramática nos preços e na produção que impulsionem uma grande depressão. Trata-se da injeção de dinheiro na economia, de forma a manter a cadeia de pagamento: “desde a década de 30 os gastos do governo têm sustentado a economia real, enquanto as operações de resgate dos Bancos Centrais estabilizam o sistema financeiro” (MOFFITT, 1984, p. 228). O surgimento do euromercado de moedas, nos anos 60 e 70, e a queda da taxa de juros, nos anos 90, especialmente nos EUA, serviram para expandir o crédito mundial, acelerando as contradições no momento seguinte.

O Estado se apropria de parte do trabalho necessário e do trabalho excedente através dos impostos e os repassa via serviço da dívida aos rentistas. Os títulos da dívida pública são os mecanismos que permitem a transferência de riqueza do setor produtivo para o mercado

²³ “Não é possível trocar, em valor, mais do que aquilo que foi produzido (...) Todavia, o sistema capitalista, no estágio atual, funciona como se fosse possível escapar a massa de mais-valia realmente criada e apropriar-se de um lucro sem limites, com o poder de se gerar a si próprio” (ZARIFIAN, 1978, p. 56).

financeiro, dominado por frações da burguesia rentista e parasitária.

A privatização da previdência estatal nos países centrais, como parte do desmonte do Estado de Bem-Estar, a crise fiscal e financeira do Estado e a expansão da dívida pública, a partir dos anos 80, movida pela necessidade de sua rolagem, constituíram-se nos ingredientes finais para o fortalecimento dos fundos de pensões. Se os bancos passaram a ser monopólios todopoderosos, como descrito por Bukharin e Lênin, especialmente nos anos 80 e 90 outras instituições passaram a centralizar volume ainda maior de capital - dinheiro. Surgem novas instituições, porém permanece a característica rentista. São novos atores para velhas finalidades: os grandes fundos de pensão por capitalização e fundos de aposentadoria anglo-saxões e japoneses e os Fundos Mútuos de Investimentos.

Estas instituições não financeiras e não bancárias também atuam no mercado de ações, onde, pelo grande volume de recursos envolvidos, passam a determinar a estratégia de investimento dos grupos industriais na chamada "*corporate governance*" ou o "governo dos acionistas", quando passam a determinar os mecanismos de exploração dos assalariados (CHESNAIS, 1996, p. 36). Especialmente no caso dos fundos de pensões, são os trabalhadores, através dos administradores dos fundos, que acabam contribuindo para a exploração de outros trabalhadores e até mesmo dos próprios trabalhadores membros de cada fundo. Desta forma, esses fundos acabam contribuindo para uma nova disputa por partes da mais-valia global, seja diretamente nas aplicações nas bolsas ou na aquisição de títulos da dívida pública. À camada rentista já existente é incorporada uma nova geração.

7 Considerações finais

A crise de superprodução iniciada a partir de meados do final dos anos 70 e a queda de lucratividade da indústria contribuíram para o avanço da expansão financeira, quando essa baixa rentabilidade dos investimentos industriais gerou uma massa de capitais que procurou se valorizar na forma financeira, seja como capital - dinheiro de empréstimo, seja como capital para investimento em ações nas bolsas de valores ou na aquisição de títulos da dívida pública. A elevação da taxa de juro, iniciada por Paul Volcker, no FED, e amplificada no governo Reagan, deu o tom da política de remuneração dos possuidores de títulos públicos e atraiu ainda mais capital de origem produtiva de várias partes do mundo para essa finalidade, implicando um maior endividamento interno e externo dos EUA. Tal iniciativa impulsionou um novo regime de acumulação mundial predominantemente financeira, o que permitiu que os fundos de pensão passassem a ser atores mais poderosos do regime de finanças de mercado mundializado (CHESNAIS, 1996, p. 32). Perto desses fundos e sociedades de investimentos coletivos, os maiores bancos parecem nanicos (CHESNAIS, 1998, p. 28).

O fluxo de capital, nesse momento, foi motivado pelo acirramento das contradições capitalistas nos países centrais e na tentativa de contorná-las. Nos anos 90, o que se chamou de

neoliberalismo nada mais foi que mais uma tentativa de se buscar uma saída para aquela crise, repassando-a para a periferia (abertura comercial, privatizações, pagamento da dívida externa), ou seja, é o resultado dos interesses e da ideologia do capitalismo financeiro. No início deste século XXI, observou-se o esgotamento desta tentativa de saída da crise e sua própria agudização, enquanto se amplificou o protecionismo nos países centrais.

A vigência da categoria imperialismo se manifesta pela amplificação de sua ação contemporânea na determinação dos princípios básicos das relações internacionais, resultado do acirramento das contradições provenientes do caráter de crise completa do capitalismo, apontado por Campos (2001). Tal fato vai exigir um patamar maior de intervenção dos países imperialistas, tendo como instrumento as instituições financeiras internacionais, visando a uma maior abertura das economias subdesenvolvidas, enquanto as barreiras protecionistas são elevadas nos países centrais.

O objetivo central da política imperialista para os Estados subdesenvolvidos é agir de forma a contrapor a tendência a queda da taxa de lucro. Nesse sentido, a atuação do Estado, seja dentro do território nacional ou no exterior, tem um papel decisivo, porém não é infalível. É evidente que os Estados do centro imperialista têm maiores possibilidades, porém a intervenção do Estado, longe de resolver as contradições capitalistas, fê-las reaparecer ainda mais amplificadas num momento seguinte (XAVIER, 1995).

A intervenção do Estado capitalista não evitou a ocorrência da crescente apropriação privada da riqueza e o empobrecimento social. O fato novo está na nova amplificação do parasitismo privado devido à queda da taxa de lucro e do baixo reinvestimento dessa riqueza na atividade produtiva. A queda da taxa de lucro foi, em grande parte, contida, através da corrida armamentista, com o deslocamento de capital excedente do Departamento I, produtor de bens de capitais e do Departamento II, produtor de bens de consumo, para o Departamento III, produtor de não mercadorias.

Este movimento se deve ao fato de que, no primeiro momento, o Estado supera negativamente o elevado parasitismo privado, recriando as condições do investimento privado. Todavia, no momento seguinte, a reconversão da mais-valia não se efetiva amplificando ainda mais o montante de capital inativo que busca remuneração rentista, pois, quanto mais reconverte capital inativo em produtivo, mais capital inativo será gerado em seguida, já que a iniciativa privada não reconverte sua riqueza por sua conta e risco (XAVIER, 1995). O não reinvestimento produtivo da riqueza privada vem agravar ainda mais as contradições do capitalismo.

A decomposição capitalista, com a crescente desindustrialização, desemprego, concentração da riqueza e, por sua vez, aumento da pobreza, confirmam o alerta feito por Lênin, no livro "Imperialismo, fase superior do capitalismo", sobre a tendência à estagnação, como fruto do crescente parasitismo do capital privado. Esse movimento gerou implicações diretas sobre o Estado capitalista, seja desenvolvido ou subdesenvolvido, ao reduzir gastos com as políticas chamadas sociais e investimento em infraestrutura. A dívida pública resultante das intervenções

estatais anteriores, que possibilitaram a restauração capitalista, converteu-se, desde os anos 30, especialmente depois dos anos 80, num dos principais investimentos dos agentes privados, gerando, mesmo no setor não financeiro, uma crescente receita não operacional.

O Estado capitalista, na sua crise fiscal e financeira atual, está bancando o ônus dos déficits acumulados desde os anos 30, dos trinta gloriosos, dos gastos com o Estado de Bem - Estar e com a Guerra Fria e principalmente com os custos provenientes do caráter financeiro assumido depois dos anos 80, como efeito dos juros altos praticados pela política econômica de Reagan. O Estado se voltou para tentar resolver a crise capitalista iniciada nos anos 70 e, ao contrário de resolvê-la, fê-la ressurgir cada vez mais amplificada, sendo que os Estados subdesenvolvidos ficaram ainda mais endividados. A caracterização do imperialismo e suas motivações, incluídas as ações militares de ocupação, só podem ser compreendidas a partir de categorias marxistas que explicam as contradições do modo de produção capitalista e as tentativas de contorná-las, quando se busca restabelecer as condições para o resgate da taxa de lucro, elemento motor da acumulação de capital. Da mesma forma, o entendimento do Estado como um instrumento de classe é fundamental para a compreensão dos rumos da política econômica.

Nos anos 80, quando se aprofunda a crise capitalista expressa na recessão de 1980 – 81, na moratória mexicana e argentina e crise de crédito, tivemos uma expansão da especulação nas bolsas de valores nos EUA, em especial. Desde julho de 1982, as ações se valorizaram crescentemente sem ser acompanhado pelo crescimento dos lucros reais. Shiller (2000) ao investigar a grande expansão da valorização do mercado de ações dos EUA constatou que no início de 1994 o índice Dow Jones estava em 3.600 pontos. Já em 1999 chegou a 11.000 pontos, culminando em 2000 a 11.700 pontos. Enquanto isso, no mesmo período o crescimento do PIB dos EUA cresceu 15% e os lucros das empresas se expandiram em 60%.

Em 1991, tivemos uma profunda recessão nos EUA e ao mesmo tempo a dissolução da Ex- URSS. Todavia, esse processo foi transformado pela mídia mundial como a grande vitória do capitalismo. Até mesmo a brutal valorização das bolsas foi colocada como evidência dessa superioridade capitalista e sua nova fase de expansão. No entanto, o que tínhamos era o aprofundamento da crise de superprodução que acabou por impulsionar uma nova investida imperialista sobre os países subdesenvolvidos através da introdução do chamado neoliberalismo via a introdução de uma modalidade de estabilização monetária com base na âncora cambial que pressupunha a abertura econômica, a desregulamentação financeira, as privatizações, reforma do Estado e a retirada de direitos sociais.

O neoliberalismo surgido na Inglaterra, que em seguida se instala nos EUA no início dos anos 80, chega também aos países subdesenvolvidos e no antigo bloco do socialismo real no início dos anos 90. Tal investida imperialista teve como fio condutor as entidades multilaterais como Banco Mundial e FMI que impulsionaram mudanças nas políticas públicas desses países que passavam por uma crise econômica na década de 80 que resultou num processo de

expansão inflacionária e desvalorização de suas respectivas moedas. A exaustão desse modelo começa em 1995 com a crise mexicana, a crise asiática em 1997, a crise russa em 1998. Dessa forma as contradições capitalistas mostram seus efeitos na chamada periferia. Ou seja, a tentativa de saída da crise chamada de neoliberalismo dá seus sinais de esgotamento. A crise capitalista mundial de 2007/2008 e suas gigantescas perdas nas bolsas foi acompanhada por uma intervenção conjunta dos Estados capitalistas que se aproximou dos U\$ 14 trilhões. O resultado disso se manifesta numa ainda maior etapa de endividamento público. O Banco Central dos Estados Unidos passou a ser o grande comprador dos títulos públicos daquele país. O Fed cortou as taxas de juros para quase zero, em dezembro de 2008 e já comprou cerca de US\$ 2,3 trilhões em dívida do governo dos EUA e bônus atrelados a hipotecas sem contudo contornar os efeitos da crise.

BIBLIOGRAFIA

- BROWN, Michael B. **A Economia Política do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BUKHARIN, Nikolai. **O Imperialismo e a Economia Mundial**. Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1969.
- **La Economía Política del Rentista**. Barcelona, Editorial Laia, 1974.
- CARCANHOLO, Marcelo. **Abertura Externa e Liberalização Financeira: Impactos sobre Crescimento e Distribuição no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro – UFRJ: Tese de Doutorado, 2002.
- CARCANHOLO, R. A. "Precisões teóricas sobre o dinheiro e o capital especulativo parasitário". IV Encontro Nacional de Economia Política. Porto Alegre, 01 a 04 de junho de 1999. Anais em CD-Room.
- CAMPOS, Lauro. **A Crise Completa: a economia política do não**. São Paulo, Boitempo, 2001.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo, Xamã, 1996.
- (Org.). **A Mundialização Financeira**. São Paulo, Xamã, 1998
- COGGIOLA, Osvaldo & KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo ou Crise do Capital?** São Paulo, Xamã, 1995.
- DOCKES, Pierre. **A internacional do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional**. São Paulo, Editora 34, 2000.
- GOMES, José M. **Acumulação de Capital e Plano de Estabilização: um estudo a partir da experiência de Âncora cambial na América Latina nos anos 90** / José Menezes Gomes. – São Paulo. USP: Tese de Doutorado, 2004
- GROSSMANN, Henrik. **La Ley de la Acumulación y del Derrumbe del Sistema Capitalista: Una teoría de la crisis**. México, Siglo veintiuno editores, 1984.
- GUERRERO, Diego. **Trabajo Improductivo, Crecimiento y Tercerización (30 años después de Marx y Keynes)**. In: <http://pc1406.cps.ucm.es/>.
- HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

- LENIN, Vladimir. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. Rio de Janeiro, Atlas, 1979.
- LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio* 2ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- **A Crise do Capital: Os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo; Ensaio, Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro : Difel, várias edições.
- . **O Capital**, Livro III, vol 5. São Paulo, DIFEL, 1987.
- . **As Lutas de Classes na França (1848 – 1850)**. São Paulo, Global, 1986.
- MARX, Karl y ENGELS, F. **El manifiesto comunista**. Madrid: Ediciones Alba, 1996.
- MOFFITT, Michel. **O dinheiro do mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- NAKATANI, Paulo. **A Crise atual do sistema capitalista mundial**. In: www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep/eventos/enc2002/m19-nakatani.doc
- ROSDOLSKY, R. **Génesis y Estructura de El Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse**. Mexico, *Siglo Veintiuno Editores*, 1989.
- RUBIN, Isaak. *A Teoria Marxista do Valor*. Sao Paulo : Brasiliense, 1980.
- SHILLER, Robert. **A Exuberância Irracional**. São Paulo, Editora: Makron Books, 2000
- STERNBERG, Fritz. **El Imperialismo**. México, Siglo veintiuno editores, 1979.
- XAVIER, Jurandir. **A Industrialização Subdesenvolvida: capital, classe e Estado na industrialização brasileira**. João Pessoa, UFPB Editora Universitária, 1995.
- ZARIFIAN, Philippe. **Inflação e crise monetária**. Lisboa, Editorial Caminho, 1978.